

# BIBLIOTECÁRIOS NA RESISTÊNCIA À DITADURA: ENTRE LEMBRANÇAS E ESQUECIMENTOS

## LIBRARIANS IN RESISTANCE TO DICTATORSHIP: BETWEEN MEMORIES AND FORGETTINGS

Luane Neves de Souza Porto<sup>a</sup>

Icléia Thiesen<sup>b</sup>

### RESUMO

**Objetivo:** Evidenciar e discutir o papel de estudantes e bibliotecários nas ações de resistência à ditadura de 1964 no Brasil. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa documental-exploratória de caráter descritivo e qualitativo, visando recuperar trajetórias de resistência sobretudo de alguns profissionais da categoria. Para a realização desse objetivo são coletados e analisados testemunhos publicados na literatura, depoimentos constantes do Relatório final da Comissão Nacional da Verdade, bem como dados do SIAN-Sistema de Informações do Arquivo Nacional. **Resultados:** Os dados apresentados e analisados indicam que de fato estudantes de Biblioteconomia e sobretudo as bibliotecárias destacadas na análise ora efetuada tiveram participação efetiva na luta contra a ditadura, foram duramente reprimidas, presas e torturadas, apesar da (in)visibilidade dessas experiências. **Conclusões:** Tanto as que foram produzidas pelas instituições da repressão, quanto nos testemunhos das bibliotecárias aqui analisados, houve participação estudantil e de profissionais do campo da biblioteconomia nas ações de resistência à ditadura de 1964. Contudo, outros estudos devem ser realizados no sentido de identificar até que ponto podemos estabelecer conclusões mais precisas sobre o número de profissionais, técnicos ou estudantes de biblioteconomia que se inseriram nas lutas contra a censura, a opressão e a violência de Estado, ampliando o leque de estudos históricos e memorialísticos dos que hoje são conhecidos como profissionais de informação.

**Descritores:** Bibliotecários. Ditadura de 1964. Memória-história.

### 1 INTRODUÇÃO

O bibliotecário, profissional da informação e guardião da memória

---

<sup>a</sup> Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora de Conteúdo I da Rede Globo - Matriz, Brasil. Email: luanesporto@icloud.com

<sup>b</sup> Doutorado em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia / IBICT-UFRJ (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro). Professora Titular da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ). Email: icleiathiesen@gmail.com

documental foi diretamente afetado pelo golpe civil-militar de 1964, no Brasil, sobretudo no que se refere ao controle dos acervos existentes nas bibliotecas onde trabalhavam. E ainda que o referido profissional nem sempre seja visto como um ser político, a sua possível atuação nesse período de exceção desperta o interesse das gerações atuais: como se dava a censura aos livros, às coleções, quais os critérios de “seleção” utilizados pelos censores, que categorias de livros eram proibidos, como os bibliotecários da época reagiram a tudo isso?

Estudantes de diversas áreas do conhecimento são reconhecidos como atuantes na luta contra a ditadura, conscientes da sua condição e do impacto das ações dos militares no exercício da profissão que escolheram seguir. Os estudantes de Biblioteconomia também fizeram parte dessa luta. O presente artigo tem como objetivo principal fomentar a discussão sobre a atuação de bibliotecários e estudantes frente à ditadura civil-militar e tornar visível essa resistência, colocando o foco no bibliotecário, que muitas vezes é esquecido quando abordada a censura, organização e resistência às ações repressivas inauguradas juntamente com o golpe.

Sob o governo de Castello Branco, ainda em 1964, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão que atuava na coleta de informações e contrainformações de interesse do governo, e que se aprimorou de maneira constante nos anos seguintes. No governo Costa e Silva (1967-1969) dentro do SNI foram criadas as Divisões de Segurança e Informações (DSI) que, segundo Fico (2003, p. 176), constituía “uma vasta rede de espionagem, implantada em todo o país”, estando presentes em todos os ministérios civis e pastas militares, inclusive nas universidades.

O SNI, as DSIs e todos os demais órgãos de informações compunham a “comunidade de informações” [...] quase todo documento produzido pela comunidade recebia uma classificação de sigilo: “reservado”, “confidencial”, “secreto”. Uma das atividades mais corriqueiras desses órgãos era a produção do levantamento de dados biográficos, uma ficha que indicava o perfil ideológico e as atividades políticas das pessoas, indispensável à nomeação de alguém para um cargo público. [...]. (FICO, 2003, p. 179).

Com todos esses órgãos de informação, espionagem e principalmente de repressão atentos a cada passo dos brasileiros, abriu-se caminho para o controle e a repressão à cultura.

A relação do Estado com a cultura passa a ser diretamente autoritária e ameaçadora, considerando-se intolerável qualquer ação cultural que não se enquadre nos critérios pré-estabelecidos, nos planos, programas e projetos estabelecidos pelo Estado, que se baseavam no binômio - desenvolvimento econômico e segurança nacional (ARAÚJO, 2002, p. 44).

Araújo (2002) baseada no documento intitulado “Diagnóstico Preliminar da Cultura”, elaborado pelo Instituto Nacional do Livro (INL), destaca que para o governo o Estado era o criador da cultura, o transmissor da cultura e o assimilador dessa cultura - o autor, o livro e o leitor, respectivamente, assim o governo atuava muito mais na censura prévia, impedindo os livros considerados subversivos de serem publicados. O controle sobre as publicações em geral recrudescceu a partir da vigência do Decreto-lei n. 1077/70, cujo art. 1º informa que “Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação” Na sequência, o referido diploma legal dá poderes à Polícia Federal para “verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior” (BRASIL, 1970). Estava estabelecida a censura prévia no Brasil.

Em seu estudo, Castro (2005) se interroga sobre as consequências dessa legislação:

Algumas indagações advêm desta questão de que modo às bibliotecas se comportam? Os livros existentes nas bibliotecas sobre Marx, Paulo Freire e outros chamados revolucionários ou inimigos da moral e dos bons costumes foram trancafiados em espaços “reservados para este fim” ou ficaram livres da repressão? E os bibliotecários, que atitude tomaram diante do cerceamento das idéias, uma vez que tinham como bandeira de luta a democratização da informação. (CASTRO, 2005, p. 100).

E os reflexos deste decreto e de várias outras atitudes podem ser observados até hoje. Para Salcedo e Costa (2018, p. 308) “O poder da informação é algo explosivo e altamente contagioso. [...] e foi nessa linha que os militares trabalharam durante a época que se seguiu ao golpe de 1964”. Mas será que realmente o guardião da memória se absteve diante de todo controle e censura da ditadura civil-militar? Este artigo tem por objetivo evidenciar e analisar o papel de estudantes e bibliotecários nas ações de resistência à ditadura, no sentido de contribuir para o debate no âmbito da luta estudantil, da

censura e da repressão sofrida por esses profissionais.

## 2 METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza como pesquisa documental de caráter descritivo, visando elaborar um trabalho exploratório de recuperação histórica da trajetória e resistência de estudantes e bibliotecários.

Após identificar o problema e realizar revisão de literatura multidisciplinar nas áreas de Biblioteconomia, Arquivologia, Comunicação e História, a fim de destacar a existência de escritos e evidências que documentam a atuação do Bibliotecário durante a ditadura civil-militar, iniciamos levantamento de dados no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)<sup>1</sup>, não consta nas referências, a partir da lista de estudantes presos em Ibiúna<sup>2</sup> e em outros documentos sobre estudantes relacionados na lista, utilizando as palavras-chave “Biblioteconomia”, “Bibliotecário/a” no período de 1964-1985. Com os dados do SIAN foram percorridas as seguintes etapas: elaboração de planilha com as informações iniciais, conferência e cotejo desses dados em fontes como o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Comissão da Verdade da União Nacional dos Estudantes (UNE), Comissão da Verdade de Estados, Universidades e Municípios diversos a fim de verificar se os nomes apareciam em outros documentos oficiais da ditadura.

Após a conferência em documentos oficiais, foram realizadas buscas nas páginas dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), das universidades, em livros, na Plataforma Lattes, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no buscador Google para verificar novas informações, como por exemplo, se a pessoa realmente era estudante de Biblioteconomia ou bibliotecário, se chegou a se formar e atuar na área, se é/era uma liderança reconhecida pela resistência organizada, se seguiu atuante na militância após a ditadura, se deu entrevistas e depoimentos sobre o tema, se publicou livros. Com as informações partimos para nova busca no SIAN e só então foi possível traçar

---

<sup>1</sup> Ferramenta de pesquisa que permite acesso ao acervo digital do Arquivo Nacional.

<sup>2</sup> O congresso de Ibiúna será comentado na página 7.

um perfil com o máximo de dados dos estudantes e profissionais listados e suas entrevistas disponíveis.

É importante pontuar que diante de um regime de repressão sustentado no tripé censura, vigilância e propaganda, as universidades contavam com seu próprio braço do SISNI (Sistema Nacional de Informação e Contra-Informação) - as Assessorias de Segurança e Informação, responsáveis por investigar e combater a resistência no meio universitário (THIESEN; FROTA, 2020). Acredita-se que por isso, então, a maioria dos dados encontrados parte deste meio, onde mesmo estudantes e professores considerados com ideias inclinadas à resistência, mas sem maior envolvimento com atividades subversivas, já chamavam a atenção dos órgãos de repressão.

Assim, resultaram do levantamento um total de 36 pessoas, entre estudantes e bibliotecários, sendo 35 vinculados a instituições de ensino nacionais em algum momento da ditadura e um que realizou seus estudos fora do país.

Diante da carência de maiores informações, não foi possível localizar a todos, mas segundo pesquisa realizada nas fontes supracitadas, ao menos 21 destes 36 estudantes chegaram a se formar e atuar como bibliotecários e um número expressivo deles seguiu engajado mesmo depois de formados, envolvidos em associações e organizações políticas.

Olhando mais a fundo é possível chegar a um número ainda maior de estudantes e bibliotecários, e em diversos momentos estudantes identificados fazem menção a colegas de curso e profissão em seus depoimentos, mas sem fornecer informações que permitam sua identificação – uma estratégia de proteção desses colegas. Mas além da dificuldade de confirmação de informações, alguns estudantes eram listados erroneamente como foi o caso de Gildo Lacerda<sup>3</sup>, que cursava Economia na Universidade Federal de Minas Gerais, mas figura na lista de presos em Ibiúna como discente de Biblioteconomia.

Assim, face à impossibilidade de analisar a totalidade dos casos identificados e dos dados apurados e disponíveis, nos limites deste trabalho,

---

<sup>3</sup> Gildo Macedo Lacerda, militante da AP, desaparecido em 1973.

destacamos três bibliotecárias, considerando os depoimentos e entrevistas publicadas, as carreiras construídas e a permanência do interesse por lutarem em prol de uma sociedade mais justa. Na próxima seção apresentaremos brevemente o contexto histórico em que essas experiências ocorreram.

### **3 O MOVIMENTO ESTUDANTIL**

Ao contrário das bibliotecas que sobreviviam em meio a uma repressão muitas vezes velada, com censura prévia, o movimento estudantil sofreu uma perseguição mais escancarada, sendo um inimigo declarado dos militares desde o primeiro dia de ditadura.

Ainda nos primeiros dez dias do golpe, ocorreram ataques à sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) e invasão da Universidade de Brasília (UnB), na qual, segundo Salmeron (2007), tropas do exército e da polícia militar de Minas Gerais buscavam apreender armas, material subversivo e “agentes comunistas”, o que resultou na prisão de cinco estudantes e destituição do Reitor e do Vice-Reitor. A UnB ainda se viu em situação parecida em outros dois momentos durante a ditadura: outubro de 1965 e agosto de 1968.

As entidades estudantis logo foram colocadas na ilegalidade e os diversos esforços dos estudantes em construir uma oposição e um movimento organizado contra as ideias autoritárias impostas pelos militares, não raro, resultaram em conflitos, mas foi em 1968, que tudo se intensificou, com a morte do primeiro estudante. Para Araújo (2007, p. 176) “A morte de Edson Luís<sup>4</sup> marcou o início de um processo de radicalização política e de confrontos violentos entre a polícia e os estudantes.” Siqueira (2011) destaca que uma palavra de ordem de tempos em tempos quebrava o silêncio da dispersão do cortejo fúnebre - “neste luto, começa a luta”. Pudemos ver essa radicalização de maneira expressiva durante a chamada “Semana Sangrenta”, que aconteceu entre 19 e 21 de junho de 1968 e, segundo Palmeira (2007 *apud* ARAÚJO, 2007, p. 177), se iniciou com uma tentativa de os estudantes serem ouvidos no debate sobre a reforma

---

<sup>4</sup> Edson Luís de Lima Souto era estudante secundarista e foi morto durante protesto contra a alta do preço da comida no restaurante estudantil Calabouço.

universitária. Segundo Siqueira (2011, p. 10), a sexta-feira sangrenta terminou com 23 pessoas baleadas, dezenas de feridos, cerca de mil presos e quatro mortos, entre eles um policial.

Se fosse possível precisar o momento exato em que o governo Costa e Silva perdeu definitivamente a batalha pela conquista da opinião pública, esse momento estaria situado entre os dias 19, 20 e 21 de junho – quarta, quinta e sexta-feira. Mais por insensatez própria do que por estratégia do adversário, as autoridades estaduais e federais, em três dias, atraíram para si o ódio da classe média, e aceleraram o que na época se chamava de “ascenso do ME”. A morte de Edson Luís já tinha provocado uma grande comoção, a repressão na porta da Candelária chocara e indignara, mas o que de fato levou a população a tomar partido, a se revoltar, a entrar fisicamente na guerra, foi a “sexta-feira sangrenta”. (VENTURA, 1998 *apud* SIQUEIRA, 2011)

A UNE continuou se organizando como pôde, mas na ocasião do seu 30º congresso nacional, realizado em outubro de 1968 na cidade de Ibiúna - SP, a polícia invadiu e prendeu cerca de 1.240 estudantes. Entre eles, ao menos sete estudantes de Biblioteconomia, sendo estudantes da Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade de Brasília (UnB)<sup>5</sup>. À época, diversos outros estudantes foram listados como de cursos de Biblioteconomia de todo o Brasil, mas foi verificado que em alguns casos os jovens eram identificados erroneamente.

A UnB foi uma das primeiras universidades a sofrer com a repressão e foi dela que surgiram os primeiros registros de movimentação de um grupo de estudantes, em 1967. Bastava ser ligado a diretório acadêmico para acender o alerta da repressão e em alguns casos foram encontrados estudantes realmente relacionados ao movimento organizado de resistência, mas em outros a “ficha” pareceu ser mais por protocolo que por efetivo vínculo com ações políticas. Na próxima seção serão analisados os testemunhos de três bibliotecárias cujas trajetórias são por elas documentadas.

---

<sup>5</sup> Documento SIAN: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.80003019

## 4 TESTEMUNHOS E TRAJETÓRIAS DE BIBLIOTECÁRIAS: DA MILITÂNCIA À RESISTÊNCIA

Foi também em 1967, mas na Universidade Federal da Bahia (UFBA), que surgiu o nome de Maria Liège Rocha, militante da Ação Popular (AP) e do Partido Comunista do Brasil (PC do B) que foi presa diversas vezes e viu a ditadura interferir diretamente em toda a sua vida. Falou sobre sua experiência em algumas ocasiões, em especial em depoimento à Comissão da Verdade da UFBA, em 2014.

Quando entrei na faculdade, eu já tinha esse sentimento de participação, de militância. Eu me envolvi em todo o movimento estudantil. O que me motivou foi querer melhorar, querer transformar, querer participar, querer contribuir com esse processo. E ter uma reação contra a ditadura militar. (ROCHA, 2016).

Foi presa no congresso de Ibiúna e em represália teve sua matrícula cassada antes mesmo da assinatura do Decreto-Lei 477/1969<sup>6</sup>. Liège destaca que não foi apenas expulsa da UFBA, mas também impedida de frequentar as dependências da universidade, e diante do movimento organizado pelos estudantes da Escola a fim de negociar seu retorno, foi chamada a comparecer à Polícia Federal e ameaçada de prisão. Em seus depoimentos, demonstra que sua motivação era maior que o medo:

Eu continuei frequentando a escola mesmo cassada [...] a diretora disse que se eu continuasse indo para lá eu ia ser presa em flagrante. Que eu não podia mais ir lá. Aí sei que um dia eu passei lá e fomos para uma manifestação que ia ser na faculdade de Engenharia (ROCHA, 2016 *apud* RIBEIRO, 2016<sup>7</sup>).

A manifestação era contra o imperialismo estadunidense por ocasião da visita do governador de Nova Iorque, Nelson Rockefeller em 1969, Liège fora encarregada de pichar o pátio da Escola de Medicina ao lado de duas colegas de curso e, quando se encaminhava para o local de concentração para o ato, foi reconhecida pela Polícia Federal e presa pela segunda vez, agora por oito dias, ao lado das colegas da UFBA. Foi presa ainda em outro momento ao assistir

---

<sup>6</sup> Define infrações disciplinares praticadas por membros de estabelecimentos de ensino públicos ou particulares.

<sup>7</sup> Entrevista concedida à Revista Digital Maquiavel em 2016.



uma peça considerada subversiva, quando a polícia entrou e levou toda a plateia. (ROCHA, 2014<sup>8</sup>). Depois disso foi para a clandestinidade ao lado de Arthur de Paula, que na época era seu marido, esteve em Fortaleza/CE e depois em Recife/PE. Em dada ocasião, em 1974, teve sua casa em Recife invadida e Arthur foi preso, por sorte Liège não estava na cidade e conseguiu fugir para o Rio de Janeiro. Retornou a Salvador apenas no ano seguinte, voltando a estudar na UFBA e a trabalhar em biblioteca em 1976.

Fez parte da comissão fundadora do Movimento Feminino pela Anistia na Bahia (1975) e do Comitê Brasileiro pela Anistia (1978). Foi presa em pelo menos mais uma ocasião, em 1982, em cerco armado durante um evento na Associação dos Funcionários Públicos da Bahia para lançamento de livro sobre a Guerrilha do Araguaia. Agentes federais se infiltraram na plateia e prenderam onze pessoas da organização. Em 1984, em pleno processo de abertura do regime, invadiram seu apartamento de novo, dessa vez na cidade de Salvador. A polícia levou mais de 50 livros, revistou almofadas e brinquedos durante toda a manhã. No Depoimento à Comissão da Verdade da UFBA, a bibliotecária chamou atenção para a seriedade de tudo o que aconteceu, da atuação do governo e da importância de se falar sobre isso, não deixar esquecido.

Eu quando recebi o relatório fiquei pasma, eles tinham informações de vinte anos da minha vida (de 68 a 88, quando já estava em São Paulo) e citavam literalmente frases ditas em manifestações e em reuniões fechadas que eu nem lembrava mais de ter dito contra o regime, mas não tinham nada sobre o período de 70 a 75, quando passei na clandestinidade em Fortaleza, Recife e Rio de Janeiro. (ROCHA, 2014<sup>9</sup>).

Na continuidade de seu depoimento, ela explica a importância das narrativas de memória de acontecimentos passados:

Essas atividades por ocasião dos 50 anos do golpe são necessárias pois não podemos esquecer a nossa história e o significado disso na vida de milhares e milhares de brasileiros [...] Recentemente eu estava falando sobre esse período e uma jovem me falou "mas em vez de estar falando desse período, nós deveríamos estar falando dos estupros que acontecem na universidade", eu disse "tudo bem, nós temos que falar disso, mas nós não podemos apagar a memória desse país e a luta de milhares de jovens e jovens e jovens para que a gente pudesse

---

<sup>8</sup> Entrevista em vídeo concedida à Comissão da Verdade da UFBA em 2014.

<sup>9</sup> Idem

inclusive tá aqui conversando, falando, coisa que a gente não pôde fazer por muito tempo (ROCHA, 2014<sup>10</sup>).

Ao longo de sua trajetória, em suas entrevistas e depoimentos Liège fala sobre colegas estudantes de Biblioteconomia e bibliotecários que estiveram ao seu lado em diversos momentos, mas sem maiores informações que facilitassem a recuperação de informações sobre eles, reflexo de um exercício para esquecer nomes para evitar as delações em sessões de tortura. Liège diz que sua atuação em 1968 teve influência em toda a sua vida. Findada a ditadura, ela se voltou para associações e movimentos em defesa dos direitos das mulheres. Em 2011 foi homenageada com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, pela sua atuação no feminismo e toda sua trajetória de luta. Ao final do depoimento Liège diz que sim, faria tudo de novo se fosse necessário. São fatos que ela não quer apagar, quer lembrar para continuar lutando. (ROCHA, 2014<sup>11</sup>).

Nair Kobashi também começou nova na militância, conheceu o PC do B em 1965 e ingressou na universidade um ano depois, passando a residir no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP). Segundo documentos do SIAN, integrava um grupo de “agitadores esquerdistas”, promovia “badernas”, pichava muros, colava cartazes, participava de assembleias<sup>12</sup>. É descrita em tais documentos como muito politizada e intelectual, engajada. Em mais de uma ocasião os policiais fizeram buscas em seu apartamento no CRUSP e apreenderam material subversivo. Com a instauração do AI-5 teve que ir para a clandestinidade e permaneceu assim até 1972, conforme entrevista para o documentário Torre das Donzelas (2018).

fui presa na minha casa, morava com meu companheiro, que também tinha morado no CRUSP e quando eu tinha ido a Curitiba para buscar um documento falso, porque minha vida era um inferno, clandestina, isso foi em 72, eu tinha uma carteira profissional falsa, mas só carteira profissional não era suficiente, então precisava de outro documento e consegui uma carteira de identidade. Quando eu voltei só tinha a polícia e meu companheiro já estava preso há alguns dias, demorei dois ou três dias e tinham policiais dentro de casa. (KOBASHI, 2018<sup>13</sup>).

---

<sup>10</sup> Entrevista em vídeo concedida à Comissão da Verdade da UFBA em 2014.

<sup>11</sup> Idem

<sup>12</sup> Fonte SIAN: BR RJANRIO TT.0.MCP, PRO.150.

<sup>13</sup> Entrevista concedida no documentário Torre das Donzelas, de Susanna Lira, 2018.

Com a prisão, foi levada para a sede da Operação Bandeirante (Oban), onde passou quarenta dias sofrendo tortura física e psicológica “era o fato de você sofrer as torturas e depois ouvir as outras torturas”. Depois foi encaminhada ao Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS-SP) e ao Presídio Tiradentes, na ala conhecida como Torre das Donzelas.

Como tantas pessoas que passaram pelo DOI-CODI e DEOPS, cheguei ao presídio em frangalhos, marcada pela brutalidade e pelo sofrimento. Ainda hoje, a rua Tutóia e o largo General Osório não me são indiferentes. Permanecem sensações que dificilmente poderão ser esquecidas ou neutralizadas. Desses lugares recordo o esforço de pessoas para manter a sanidade e os gestos possíveis de solidariedade diante do sofrimento a que cada um era submetido. (KOBASHI, 1997, p. 310).

Em 1997, falou novamente sobre sua estadia na Torre das Donzelas no texto intitulado “Pequenas estratégias de sobrevivência”, parte do livro “Tiradentes: um presídio da ditadura: memórias de presos políticos”, destaca a importância da rede de apoio para manter minimamente a sanidade ao passar tanto tempo sob custódia do regime.

Não esqueço, também, as companheiras de cela [...] que me deram forças e me reconfortaram nos momentos de aflição. Naquelas circunstâncias, chegar ao Tiradentes era como sair do inferno para chegar ao paraíso. Purgatório talvez seja a palavra mais adequada. O paraíso era o “mundão”, que ficava lá fora, era inacessível. Um mundão idealizado, claro. Tal como Itabira, “era apenas uma fotografia na parede” (Carlos Drummond de Andrade). Na realidade, era um mundão do qual não participávamos, já que muitas de nós viviam na clandestinidade (também uma espécie de confinamento) desde o AI-5. (KOBASHI, 1997, p. 310).

Nair focava na cozinha e no tricô, que para ela era muito especial, contando com outras presas para aprimorar suas habilidades - “A compaixão pelas pessoas era a marca distintiva do coletivo de mulheres do presídio Tiradentes”. Mas lá dentro, reunida com outras militantes, muitas formadas em organizações de luta armada, elas também se organizavam. Ela conta que havia reuniões para tratar casos cotidianos, mas também para leitura e conspiração.

Por força do hábito, continuávamos a discutir o mundo porque, como diz a poeta Adélia Prado, “seu destino pendia de nosso palpito...” No meu caso, exausta após tantas atividades, sonhava também em poder dormir, um dia, com as luzes apagadas (KOBASHI, 1997, p. 312).

O presídio foi desativado em maio de 1973, mas ela só foi liberada em

outubro do mesmo ano, tendo ainda passado pelo presídio do Hipódromo e pela Penitenciária Feminina.

Saí da prisão em outubro de 1973, sob o som da "Internacional", cantada de forma tocante pelas amigas que ficaram. Sentia-me forte, emocionalmente recomposta e com coragem para reorganizar a vida. Devo isso às pessoas admiráveis que comigo passaram pela prisão política. Antes de retomar o que ficara suspenso, pude realizar alguns sonhos: apagar as luzes para dormir, ver o horizonte, caminhar por esta cidade que deixava de ser apenas uma parede" (KOBASHI, 1997, p. 313).

Nair voltou para a Universidade de São Paulo (USP) em 1974, onde se formou nos cursos de Biblioteconomia e Jornalismo, sendo hoje pesquisadora atuante no campo da Ciência da Informação.

Já a história de Tânia Mendes começa bem antes de entrar na universidade. Natural de Santo André, cidade que na época era conhecida por sua grande ligação com o movimento sindical, Tânia se diz fruto do meio onde nasceu e foi criada, pois teve a discussão política naturalizada durante toda sua infância e juventude por seus pais e vizinhos de vila.

Sua história foi contada na Tese de Doutorado que posteriormente virou livro, intitulada "Experiência de luta na emancipação feminina: mulheres na ALN" de autoria da Maria Claudia Badan Ribeiro (2011), além do depoimento prestado em 2013 à Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo. Assim como Liège, durante seu depoimento Tânia destaca que fez um grande exercício para esquecer nomes, datas e até para não saber sobre as coisas, tanto por conta da militância, quanto pela dor de relembrar certas situações.

A Vila também era uma Vila de operários, você sabia que tinha greve, você sabia que tinha coisas, então você era criança, estava na pré-escola, de repente, olha vai vir aí a repressão, então tinha uma organização na Vila, a filha do fulano ia buscar criança na escola [...] então começou lá. Porque na cidade de Santo André você torcia pelo Jango, você torcia pelo Juscelino, não sei em quem eles iam votar, então essa discussão política na família na frente dos filhos também teve influência. Então eles discutiam com a mesma paixão que eles discutiam o Corinthians (MENDES, 2010 *apud* RIBEIRO, 2011, p. 127).

Na continuidade de suas lembranças, então evocadas, Tânia indica a paixão pelos livros e pela leitura:

A gente sabia direitinho do Partido Comunista porque a gente morava numa vila típica [...] Então além daquilo que eu falei que você via acontecer determinadas coisas, quando vinha a

repressão, você via as famílias escondendo coisas no quintal, entendeu? Escondendo livro, uma porção de coisas [...] Eu sabia que tinha o Partido Comunista, eu sabia a diferença entre Partido Comunista e Partido Comunista do Brasil, eu sabia o que era a União Soviética, eu sabia da revolução porque as pessoas estavam entusiasmadas por isso, por esse socialismo, elas estavam legitimamente entusiasmadas, e tinha coisas no cenário, na cidade. Eu cantava harmonia, recitava poesia, eu sempre fui muito metida (MENDES, 2010 *apud* RIBEIRO, 2011, p. 127-128).

Durante seu depoimento, Tânia ressaltou que teve a oportunidade de estudar em boas escolas públicas, o que também contribuiu para sua formação crítica: “Além dos projetos individuais era uma pessoa que tinha projetos para o país e para o mundo”. Desde muito jovem era ligada às artes, à música, ao teatro, à escrita e ao movimento estudantil e social como um todo. Ingressou na Escola de Comunicações Culturais<sup>14</sup> da USP em 1968, motivada a trabalhar com informação, mas antes disso já tinha sido presa em uma manifestação de 1966.

Eu era jornalista, fui fazer a Escola de Comunicações Culturais porque a profissão passou a ser regulamentada e eu teria que ter o diploma. Só que eu cheguei lá e descobri que não era dessa forma que eu queria trabalhar com informação. Eu queria trabalhar com informação organizando informação, e aí eu fui fazer Biblioteconomia, como eu disse a figura do bibliotecário na época não casa de forma nenhuma com a imagem do guerrilheiro. A imagem da profissão não casa de forma nenhuma com a imagem da militante política. Chegando à USP, eu entrei em 1968 no auge da efervescência do movimento estudantil, onde todas as organizações e os Partidos Políticos de esquerda e de oposição estavam lá (MENDES, 2013, p. 5634).

Tânia fez parte do diretório central dos estudantes e ao lado de vários colegas buscou reorganizar o movimento estudantil da USP, após o Congresso de Ibiúna e o decreto 477/1969. Foi neste momento, movida pelo ideal de fazer a diferença e tornar a sociedade mais justa, que teve seu primeiro contato com a Ação Libertadora Nacional (ALN):

Era tão difícil você fazer qualquer coisa. As pessoas precisavam ter ideia do que era a repressão. Você anda, você podia ser parado no ônibus [...] se você tivesse três exemplares do Jornal da Tarde, você podia ser parado e questionado porque você estava fazendo subversão, estava fazendo panfletagem e alguma coisa. Para a gente entender o ambiente de repressão social que se vivia. Então, qualquer coisa que se fazia tinha que

---

<sup>14</sup> Antigo nome da atual Escola de Comunicação e Artes, ECA/USP.

ser muito pensada (MENDES, 2013, p. 5636).

Ao mesmo tempo Tânia fazia estágio no setor de marketing de uma grande empresa e pôde ver de perto a atuação civil junto aos militares. Ali Tânia fez um trabalho quase de contrainformação, observando de perto o impacto do que as manifestações dos estudantes e sindicalistas faziam e destaca que ele era muito maior do que se imaginava inicialmente, ao ponto das empresas se dedicarem ativamente a combatê-lo.

Passava, por exemplo, pela minha mão vários documentos de organizações. Existiam organogramas que o pessoal de finanças fazia a respeito das organizações armadas, que seria cômico se não fosse trágico [...] como elas funcionavam, o que elas faziam. Aquilo era muito a respeito de uma classe média que estava querendo o Brasil grande na época. Então, eu trabalhava nessas empresas e percebia essas movimentações. (MENDES, 2013, p. 5636).

Em 1970 Gabriel, seu namorado, foi preso em uma operação da Oban contra a ALN. Tânia relata que foi um momento muito complicado, ele esteve preso por seis meses e ela não podia visitá-lo, pois já era uma figura visada: “você tinha uma conduta dentro da organização que quanto você menos falasse um para o outro, quanto você menos soubesse, melhor” (MENDES, 2013, p. 5637). Quando Gabriel saiu, eles decidiram oficializar o casamento para não chamar ainda mais atenção e saíram um pouco de cena da cidade, mas voltaram para São Paulo no final de 1971, em função de uma doença de Gabriel.

Então, você fazia jornal, fazia panfletagem, eram várias situações de grupos armados e eu nunca participei, eu não era dessa frente da organização. A minha frente era a frente de informações, porque eu conseguia levantar e organizar as informações e fazer o trabalho de massa. Quer dizer, ajudar a criar as entidades, os sindicatos, ajudar a criar grupos de teatro. Nessa altura já estava no grupo de teatro do Cesar Vieira que tive a honra de batizar como União de Teatro Olho Vivo. (MENDES, 2013, p. 5638).

Quando retornaram, encontraram uma repressão muito mais violenta e articulada em São Paulo com a Oban - agora já institucionalizada como DOI-Codi -, o Exército e a Polícia Civil. Além disso se iniciava um processo de divergência dentro da ALN que culminaria na divisão do grupo e fundação do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO). E enquanto Gabriel se tratava em um hospital de São Paulo, Tânia atuava como podia, num quadro de apoio

informal e, claro, se utilizando de sua formação para atuar na parte de informação estratégica.

Eu não tinha nem biótipo para resolver me meter a ser oposição do Governo. Então, essa coisa de você entrar, de você conversar, de você simular, de você ganhar tempo, de você enfim, conseguir contornar situações, eu fazia muito. Para tirar gente, para sair gente, para deixar passar gente. Porque você estava vivendo um período de forte pressão das organizações e de necessidade de retirar gente do país, para sobreviver mesmo. Para que as pessoas não morressem e muita gente sendo presa. (MENDES, 2013, p. 5640).

Em maio de 1973, Gabriel foi novamente preso e dessa vez Tânia também. Tânia foi presa durante a noite, quando saía de uma peça, já Gabriel foi preso às 14h do mesmo dia, em outro local. Na ocasião, ambos foram torturados. “fiquei parte da noite inteirinha trancada dentro de uma caixa pequena, em um armário, toda dobrada, só para escutar a tortura. Eu permaneci na Oban, no DOI-CODI, era o Ustra, o Calandra, aquelas equipes todas” (MENDES, 2013, p. 5646). Saindo da Oban, Tânia foi encaminhada para o DOPS e depois para o presídio do Hipódromo de onde só saiu em fevereiro de 1974. Sua pena foi atenuada, pois ao realizar buscas em sua casa, os agentes não encontraram a arma que era mantida sob sua posse e a própria Tânia diz não ter explicações para isso. Além disso o casal que alugava o local para eles disse em depoimento que viram os agentes plantando provas na casa.

A minha sensação e eu também apanhei demais por conta de um... Como eu trabalhava demais, eu tinha feito um texto explicando a situação do Governo. Você está em 73, então você explicava como era a briga da linha dura com não sei o que. Eu tinha feito um texto de análise com bases e informações [...] eu fui condenada a oito meses. Eu saí em fevereiro de 74 e voltei para a USP. (MENDES, 2013, p. 5648).

Depois, ainda em 1974 Tânia voltou para a USP para concluir o curso de Biblioteconomia.

A primeira aula que eu assisti foi o Nunes que deu a aula, o Nunes, e o Nunes não sabia que eu era eu, e não sabia que eu tinha voltado, então o cara conta a minha história para mim, eu na primeira fila, entendeu? [...] Aí eu fui fazer ECA [...] foi difícil porque aí o diretor descobriu quem era eu, eu fiz o oitavo semestre depois eu fiz o sétimo, Verinha muito gracinha a professora que aliás me fez eu me formar, porque ninguém queria me formar, ficavam arrumando encrenca então ela que... ela virou diretora de departamento por uma semana como

substituta e me assinou. (MENDES, 2010 *apud* RIBEIRO, 2011, p. 354-355).

Tânia conclui seu depoimento à Comissão da Verdade da ALESP dizendo que é “sobrevivente e vitoriosa” e que aprendeu a administrar toda a dor e o trauma que a ditadura lhe causou com o tempo, para não desistir do sonho que a acompanha desde criança, o de uma sociedade melhor, e que devemos sempre continuar lutando pois o autoritarismo, infelizmente, continua à espreita.

## 5 CONCLUSÕES

Como pode ser verificado, a resposta para a pergunta feita ao longo do texto é sim, houve bibliotecários que se levantaram contra a ditadura, desde o tempo em que eram estudantes. Ao longo dessa pesquisa a rede de bibliotecários e estudantes atuantes foi se tornando cada vez maior, e é possível afirmar que existem outros tantos que não se encontram neste estudo.

Na mesma medida que o regime informava e produzia propaganda, divulgando seletivamente aquilo que interessava a seus dirigentes, também eram mestres em censurar e manipular informações, cujos efeitos podem ser observados ainda hoje. A partir deste estudo é possível apontar para diversos desdobramentos, como a relação das questões aqui abordadas com o campo da memória social e a história do Brasil e da Biblioteconomia. Diante da escassa literatura específica, ainda há muito o que explorar sobre o tema, que segue cada vez mais atual e inserido na nossa realidade, para que possamos estabelecer conclusões mais precisas. E é parte da função do profissional da informação continuar contando essa história, a fim de quebrar o silêncio sobre o passado.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. A. **A palavra e o silêncio**: biblioteca pública e estado autoritário no Brasil. João Pessoa: UFPB, 2002.

ARAÚJO, M. P. **Memórias estudantis, 1937-2007**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.077**, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República



Federativa do Brasil. Brasília, 26 de janeiro de 1970. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del1077.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1077.htm). Acesso em: 27 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 477**, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 1, 26 de fevereiro de 1969. p. 1706. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del0477.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0477.htm). Acesso em: 27 ago. 2021.

CASTRO, C. A. Produção e circulação de livros no Brasil: dos Jesuítas (1550) aos militares (1970). **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da informação, Florianópolis, v. 10, n. 20, p. 92-103, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2005v10n20p92>. Acesso em: 27 ago. 2021.

FICO, C. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (org.). **O Brasil Republicano**: o tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

KOBASHI, N. Y. Pequenas estratégias de sobrevivência. In: FREIRE, A.; ALMADA, I.; PONCE, J. A. de G. (org.). **Tiradentes**: um presídio na ditadura: memórias de presos políticos. São Paulo: Scipione, 1997.

KOBASHI, N. Y. [Entrevista cedida ao filme] Torre das donzelas. Direção de Susanna Lira. Brasil: Canal GNT/ Canal Brasil, 2018. 1 vídeo (99 min).

MENDES, T. R. **Tânia Mendes** (depoimento, 2013). In: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Transcrição das Audiências Públicas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo - Relatório, 2013. Tomo III. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-iii/>. Acesso em: 27 ago. 2021.

RIBEIRO, D. Memórias: Liège Rocha - melhorar, transformar, contribuir. **Revista Maquiavel**, [S.l.], set. 2016. Disponível em: <https://revistamaquiavel.com.br/mem%C3%B3rias-li%C3%A8ge-rocha-melhorartransformar-contribuir-59cfa6c1fe7e>. Acesso em: 27 ago. 2021.

RIBEIRO, M. C. B. **Experiência de luta na emancipação feminina**: mulheres na ALN. 2011. 418 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ROCHA, M. L. TV UFBA - **Comissão da Verdade UFBA - 9ª Oitiva**: Maria Liege Rocha. [Depoimento cedido a] TV UFBA. Salvador, 2014. 1 vídeo (38 min). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=BN61dQ2W5mw>>%3B. Acesso em: 27 ago. 2021.

SALCEDO, D.; COSTA, L. A. M. Rosas de chumbo: a censura e sigilo ao acesso informacional de documentos sigilosos da ditadura militar brasileira.

**Informação & Informação**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 284-313, set. 2018.

Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/28006/24186>.

Acesso em: 27 ago. 2021.

SALMERON, R. A. **A Universidade interrompida**: Brasília 1964-1965. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2007.

SIQUEIRA, M. N. Resistência e enfrentamento: o movimento estudantil na Guanabara de 1964 a 1968. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), 26., 2011, São Paulo, **Anais** [...]. São Paulo: 2011.

THIESEN, I.; FROTA, M. G. C. Os arquivos do Sistema Nacional de Informação e Contra-informação e o papel dos manuais na recuperação de informações sensíveis. **Revista Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-18, out./dez. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57344>. Acesso em: 27 ago. 2021.

## LIBRARIANS IN RESISTANCE TO DICTATORSHIP: BETWEEN MEMORIES AND FORGETTINGS

### ABSTRACT

**Objective:** The main objective of the article is to highlight and discuss the role of students and librarians in the actions of resistance to the 1964 dictatorship in Brazil.

**Methodology:** To achieve this objective, testimonies published in the literature, testimonies contained in the Final Report of the National Truth Commission, as well as data from the SIAN-Information System of the National Archives, are collected and analyzed. It is a descriptive and qualitative documentary-exploratory research, aiming to elaborate a work of historical recovery of the trajectory and resistance, above all, of some professionals in the category. **Results:** The data presented and analyzed indicate that, in fact, Librarianship students and, above all, the librarians highlighted in the analysis carried out herein had effective participation in the struggle against the dictatorship, were harshly repressed, imprisoned and tortured, despite the invisibility of these experiences.

**Conclusions:** As can be seen in the analysis of the sources used, both those produced by the institutions of repression, as in the testimonies of the librarians analyzed here, there was participation by students and professionals in the field of librarianship in the actions of resistance to the 1964 dictatorship, other studies should be carried out in order to identify the extent to which we can establish more precise conclusions about the number of library professionals, technicians or students involved in the fights against censorship, oppression and State violence, expanding the range of studies historical and memoirs of what are now known as information professionals.

**Descriptors:** Librarians. 1964 dictatorship. Memory-history.

## **BIBLIOTECARIOS EN RESISTENCIA A LA DICTADURA: ENTRE RECUERDOS Y OLVIDOS**

### **RESUMEN**

**Objetivo:** El objetivo principal del artículo es resaltar y discutir el papel de estudiantes y bibliotecarios en las acciones de resistencia a la dictadura de 1964 en Brasil.

**Metodología:** Para lograr este objetivo, se recolectan y analizan testimonios publicados en la literatura, testimonios contenidos en el Informe Final de la Comisión Nacional de la Verdad, así como datos del SIAN-Sistema de Información del Archivo Nacional. Se trata de una investigación documental-exploratoria descriptiva y cualitativa, cuyo objetivo es elaborar un trabajo de recuperación histórica de la trayectoria y resistencia, sobre todo, de algunos profesionales de la categoría. **Resultados:** Los datos presentados y analizados indican que, de hecho, los estudiantes de Bibliotecología y, sobre todo, los bibliotecarios destacados en el análisis aquí realizado tuvieron participación efectiva en la lucha contra la dictadura, fueron duramente reprimidos, encarcelados y torturados, a pesar de la invisibilidad de estas experiencias.

**Conclusiones:** Como se puede apreciar en el análisis de las fuentes utilizadas, tanto las producidas por las instituciones de represión, como en los testimonios de los bibliotecarios aquí analizados, hubo participación de estudiantes y profesionales del campo de la bibliotecología en las acciones de resistencia a la dictadura de 1964, conviene realizar otros estudios para identificar en qué medida podemos establecer conclusiones más precisas sobre el número de profesionales, técnicos o estudiantes bibliotecarios involucrados en las luchas contra la censura, la opresión y la violencia del Estado, ampliando el abanico de estudios históricos y memorias de lo que hoy se conoce como profesionales de la información.

**Descritores:** Bibliotecarios. Dictadura de 1964. Memoria-historia.

**Recebido em:** 01.09.2021

**Aceito em:** 16.11.2021